

ACERTO EXTERNO

Brasil paga menos...

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

US\$ 9,5 bilhões de amortizações deste ano, ou cerca de US\$ 83 milhões no serviço da dívida brasileira.

Considerado o conjunto do estoque da dívida, o País continuará a pagar uma taxa de risco médio mais alta que a do México, uma vez que entram na conta os "spreads" de até 2,250% negociados nas fases 1 e 2.

"Para saber o 'spread' médio que o Brasil pagará neste ano, precisaria fazer uma daquelas contas complicadas que só o computador do Banco Central sabe fazer", disse uma fonte.

Pelo acordo, que é retroativo a 18 de janeiro, as amortizações de 1985 foram renovadas por sete anos, com cinco de carência. Os termos deste refinanciamento são, na prática, pouco relevantes, pois, conforme ficou estabelecido em janeiro passado, quando o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, acertou a moldura do acordo com o comitê, os vencimentos de 1985 e 1986 serão incluídos na ne-

gociação do futuro acordo plurianual.

As amortizações deste ano serão depositadas no Banco Central, num esquema semelhante ao que vem sendo utilizado desde 1983.

Ainda que seu efeito sobre a conta de juros seja limitado, o novo "spread" representa um tento político, pois o País, depois de resistir a um entendimento com o Fundo Monetário Internacional, acabou recebendo dos bancos, em relação aos dois anos renegociados, o mesmo tratamento dispensado ao México, um país que se submeteu ao receituário do FMI, na negociação de um acordo plurianual — que, por sinal, já descarrilhou.

William Rhodes preferiu dar uma explicação econômica para a concessão. Segundo ele, a redução de "spread" concedida ao Brasil "reflete o progresso significativo feito pelo País, nos últimos anos, nas suas contas financeiras externas". O banqueiro lembrou, no comunicado do acordo divulgado na tarde de ontem pelo Citibank, que o País acumulou um saldo comercial de US\$ 13,5 bilhões em 1984 e US\$ 12,5

bilhões em 1985 e aumentou as reservas de divisas para US\$ 9 bilhões no mesmo período, partindo de reservas negativas no fim de 1983.

Segundo o comunicado, a proposta do acordo, que será enviada nos próximos dias aos cerca de setecentos bancos credores do País, pedirá à comunidade financeira que mantenha por "aproximadamente um ano" os créditos das linhas comerciais e interbancárias, num total de US\$ 15,5 bilhões. A ausência de uma data fixa, explicou uma fonte bancária, deve-se ao fato de que o prazo só se tornará efetivo a partir da assinatura do acordo, prevista para o início de junho.

Uma fonte da equipe de negociadores brasileiros disse que o acordo prevê o repagamento de uma parcela dos empréstimos do mercado interbancário vencidos em 1985. "Isso vai representar uma redução de cerca de US\$ 600 milhões no interbancário.

Mas esta redução será compensada por um acréscimo, no mesmo valor, das linhas de crédito comer-

cial", explicou o funcionário.

Conforme antecipado por este jornal, a questão da jurisdição da dívida ficou em suspenso e deverá ser re-discutida na renegociação de um acordo plurianual, no ano que vem. Até lá, os contratos continuarão a ser governados pelas leis de Nova York, como ocorre em todas as demais negociações feitas até agora.

Segundo uma fonte da equipe de negociadores brasileiros, o País voltará a insistir, no ano que vem, na mudança do foro da dívida para um mecanismo de arbitragem internacional, para melhor resguardar sua soberania.

De acordo com uma fonte financeira, no final das negociações, que se iniciaram no dia 5 de fevereiro passado, os representantes brasileiros e os bancos ficaram separados: 0,5% no "spread", com estes profundo 1,375% e o Brasil pedindo um "spread" menor do que o do México. "A taxa de 1,125% foi, desde o inicio, a solução de compromisso mais provável."

por Paulo Sotero
de Washington

O governo brasileiro e o comitê de catorze bancos que representam os credores da dívida externa do País chegaram a um acordo para o refinanciamento de aproximadamente US\$ 31 bilhões em empréstimos de curto e longo prazos, na noite do último sábado.

O chefe da equipe de negociadores brasileiros, Antônio de Pádua Seixas, e o presidente do comitê de bancos, William Rhodes, do Citibank, afirmaram que a proposta de acordo "é uma ponte para um futuro pacote de reestruturação plurianual" da dívida externa de US\$ 66 bilhões com os bancos comerciais. A negociação desse futuro pacote ocorrerá somente no ano que vem.

A conclusão da negociação marca também a primeira vez, desde o início da crise da dívida, que os entendimentos entre o governo brasileiro e os bancos sobre os termos de um acordo não são finalizados sob o sufoco de um prazo-límite, que, neste caso, só se esgotaria no próximo dia 15.

Numa vitória para o governo, os banqueiros atenderam à principal reivindicação dos negociadores brasileiros e concederam um "spread" (taxa de risco) de 1,125% sobre a Libor (taxa interbancária de Londres), a mesma que cobraram do México, na média, no acordo de reestruturação plurianual celebrado com aquele país no ano passado. Esse novo "spread", é verdade, incidirá somente sobre os US\$ 6 bilhões do principal vencidos no ano passado e os US\$ 9,5 bilhões que vencem neste ano.

Segundo uma fonte do comitê, o Brasil vinha pagando 2% de "spread" acima da Libor sobre esses empréstimos. O novo "spread", calculou a fonte, resultará assim numa redução de 0,875% sobre os

(Continua na página 25)